



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

VANESSA GONÇALVES DE ARAÚJO

**O OLHAR DA PSICOLOGIA EM RELAÇÃO ÀS EMOÇÕES E CONSTRUÇÃO DE
IDENTIDADE**

ICÓ-CE
2023.1

VANESSA GONÇALVES DE ARAÚJO

**O OLHAR DA PSICOLOGIA EM RELAÇÃO ÀS EMOÇÕES E CONSTRUÇÃO DE
IDENTIDADE**

Artigo científico submetido à disciplina de TCC II, do Curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Esp. Leticia Augusto Oliveira da Silva

VANESSA GONÇALVES DE ARAÚJO

O OLHAR DA PSICOLOGIA EM RELAÇÃO ÀS EMOÇÕES E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Artigo científico aprovado em 27 / 06 / 2023, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS.

BANCA EXAMINADORA:

Letícia Augusto Oliveira Da Silva

Nome professora orientadora

Orientadora

Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco

Nome Avaliadora

Avaliadora

Rebecca Pinheiro Sedrim

Nome Avaliadora

Avaliadora

ICÓ – CE
2023.1

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1 CONCEITUANDO EMOÇÃO.....	8
2.2 O PEPEL DOS PAIS NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA.....	9
2.3 CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO DAS EMOÇÕES E IDENTIDADE.....	12
3. METODOLOGIA.....	14
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	15
4.1 A PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL DA CONSTRUÇÃO EMOCIONAL.....	15
4.2 AS CONSEQUÊNCIAS DO ABANDONO AFETIVO.....	17
4.3 OS ATRAVESSAMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO FAMILIAR.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

O OLHAR DA PSICOLOGIA EM RELAÇÃO AS EMOÇÕES E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Vanessa Gonçalves de Araújo¹

RESUMO

O artigo busca compreender o papel dos pais como os principais agentes no processo de desenvolvimento emocional da criança, visto que, serão estes os responsáveis por introduzir a mesma no meio social como um sujeito em constituição. Deste modo, torna-se necessário observar como as configurações familiares interferem nos processos de subjetivação emocional e de identidade. Portanto tem como objetivo geral compreender a importância do acolhimento das emoções da criança, para sua formação de identidade e desenvolvimento interpessoal, a partir de uma perspectiva de família monoparental feminina. A emoção corresponde a um processo complexo que envolve motivação, elemento biológico, social e de personalidade da pessoa, que emerge quando entra em contato com uma situação positiva ou negativa, isto de acordo com sua percepção, que ativa mudança fisiológica. Então a emoção é determinante para o bem-estar físico e psicológico (SANTOS et al; 2022). Os padrões familiares de relacionamentos formados na primeira infância serão cruciais no estabelecimento de vínculos emocionais e afetivos que serão desenvolvidos posteriormente nas novas redes de relações sociais. A partir do século XX ocorreu uma mudança na estrutura familiar, que ao longo das décadas a família predominante na sociedade constituiu-se como a família tradicional, cujos membros pertencentes eram mãe, pai e filhos. No entanto, na contemporaneidade existem famílias homoafetivas, reconstituídas, e monoparentais, as quais serão apresentadas no decorrer do artigo. A metodologia da pesquisa constitui-se como qualitativa, no qual a sua principal característica é o aspecto subjetivo no levantamento e coleta de dados (GIL, 2002). Os resultados mostram que a construção emocional e de identidade estão interligados de acordo com a dinamicidade familiar, sendo esta atravessada por fatores de cunho sociocultural, político, econômico e de gênero, no qual a figura da mulher/mãe no imaginário social é constituída primordialmente com um viés materno, produzido culturalmente. Observa-se que as redes de apoio social e emocional são fundamentais para uma construção de identidade e qualidade de vida saudável.

Palavras-chave: Infância. Gênero. Configuração familiar. Desenvolvimento emocional.

ABSTRACT

The article seeks to understand the role of parents as the main agents in the child's emotional development process, since they will be responsible for introducing the child into the social environment as a subject in formation. Thus, it becomes necessary to observe how family configurations interfere in the processes of emotional and identity subjectivation. Therefore, its general objective is to understand the importance of welcoming the child's emotions, for

their identity formation and interpersonal development, from a female single-parent family perspective. Emotion corresponds to a complex process that involves motivation, a biological, social and personality element of the person, which emerges when they come into contact with a positive or negative situation, this according to their perception, which activates physiological change. determinant for physical and psychological well-being (SANTOS et al; 2022). The family patterns of relationships formed in early childhood will be crucial in establishing emotional and affective bonds that will be developed later in the new networks of social relationships. From the 20th century on, there was a change in the family structure, which over the decades the predominant family in society was constituted as the traditional family, whose members were mother, father and children. However, in contemporary times, there are homoaffective, reconstituted, and single-parent families, which will be presented throughout the article. The research methodology is qualitative, in which its main characteristic is the subjective aspect in the survey and data collection (GIL, 2002). The results show that the emotional and identity construction are interconnected according to the family dynamics, which is crossed by factors of a sociocultural, political, economic and gender nature, in which the figure of the woman/mother in the social imaginary is constituted primarily with a maternal bias, culturally produced. It is observed that social and emotional support networks are fundamental for building identity and healthy quality of life.

Keywords: Childhood. Gender. Family configuration. Emotional development.

1 INTRODUÇÃO

Os pais são os principais agentes no processo de desenvolvimento emocional da criança, visto que, serão estes os responsáveis por introduzir a mesma no meio social como um sujeito em constituição, pois as primeiras emoções surgem no ambiente familiar, e a criança ainda não consegue compreender, lidar ou associar em relação a elas. Logo, o modo como os pais acolhem as emoções influencia na forma que a criança vai manifestá-las, principalmente nas suas interações sociais, uma vez que, quando com os estes foi construído um relacionamento consistente e que possibilitou a criança desenvolver os seus aspectos emocionais que serão fundamentais para a construção de identidade e desenvolvimento interpessoal (KUSIAK *et al* ;2019).

Portanto é no meio familiar que acontece às primeiras trocas emocionais, e onde surgem as primeiras necessidades do sujeito, que precisam ser acolhidas e supridas, pois quando na relação há um desamparo emocional, afeta no modo como o indivíduo significa os seus próprios desejos, tendo uma maior probabilidade de estar em relacionamentos interpessoais conflituosos na fase adulta, como também pode apresentar percepções negativas em relação a si mesmo (FERREIRA, 2016).

O desenvolvimento emocional deve ser trabalhado desde a infância, então os pais devem intervir ativamente para construir junto com a criança a capacidade de expressar as próprias emoções, e assim ela terá facilidade para associar o seu sentir, como também permite a construção de mecanismos emocionais saudáveis, diante de situações adversas que são decorrentes das demandas sociais (KUSIAK *et al*; 2019).

A repressão das emoções pode influenciar na ocorrência de transtornos psicológicos e emocionais, visto que, o sujeito não expressa suas emoções, conseqüentemente terá dificuldades em relações nos âmbitos afetivos e sociais. Por isso, o desenvolvimento da compreensão emocional e acolhimento das emoções são imprescindíveis para que a criança tenha capacidade de lidar com os conflitos ao longo de sua vida ao se deparar com situações que desencadeie emoções de prazer ou desprazer (SOUZA *et al*, 2021).

A temática desse artigo julga-se relevante, pois diante da negligência das emoções associa-se ao maior risco para desenvolvimento de sintomatologia ansiosa, depressiva, comportamentos destrutivos, dificuldade na expressão de sentimentos, agressividade, entre outros. Então quando os aspectos emocionais não são acolhidos na infância, ocasiona prejuízos no desenvolvimento pessoal, interpessoal e psicológico, que se propaga até a idade adulta (SEVERO, 2022).

Dessa forma, é indispensável mostrar como o desenvolvimento emocional interfere em diversos aspectos da vida do indivíduo, principalmente em relação ao meio social, que demanda uma maior resiliência para lidar com os conflitos que surgem na relação com o outro. Assim, como também trazer através da temática, subsídios teóricos para fomentar as conseqüências negativas de negligenciar os aspectos emocionais.

O artigo tem como objetivo geral compreender a importância do acolhimento das emoções da criança, para sua formação de identidade e desenvolvimento interpessoal, a partir de uma perspectiva de família monoparental feminina. Para isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: descrever a relação entre o desenvolvimento emocional da criança e a necessidade das trocas emocionais com o outro; examinar a importância da estrutura familiar para construção de identidade e desenvolvimento interpessoal da criança, considerando os aspectos socioculturais, econômicos, políticos e de gênero; discutir as conseqüências do desamparo frente às emoções da criança.

Mediante o exposto, a pesquisa tem como intuito verificar a hipótese de que, os impactos do desamparo dos pais frente às emoções da criança, podem ou não influenciar no

seu desenvolvimento como adulto emocionalmente saudável. Entretanto, deve-se como a influência de toda configuração familiar e sujeitos que fazem parte da vida da criança, porque são nas relações com o outro que o indivíduo expressa suas emoções.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUANDO EMOÇÃO

As primeiras correntes filosóficas que abordavam sobre a emoção ou as paixões acreditavam que o aspecto emocional impedia o indivíduo a pensar de forma racional, então a emoção sempre foi vista como algo negativo, mas essa perspectiva não é adequada. René Descartes um importante filósofo do século XIX, trazia em sua teoria a separação entre emoção e razão, sendo que esta última era superior, no entanto, atualmente a emoção é um fator importante no desenvolvimento cognitivo, perceptivo e social (BAÇÃO, 2015).

As emoções são processos neurobiológicos e psicológicos que acontecem de forma momentânea quando o sujeito tem experiência positiva ou negativa, desencadeada por acontecimentos ou pessoas no seu convívio social, no qual vai levar o indivíduo a se mobilizar e desempenhar determinada ação, diante desse desequilíbrio do seu estado emocional. De modo geral as emoções estão associadas a reações fisiológicas, faciais e comportamentais, além da resposta subjetiva, que diz respeito em como o sujeito vai lidar com sua emoção em relação à situação, por isto é relevante compreender como ele significa o seu sentir e as relações ao seu redor (ARRUDA, 2015).

Segundo Rodrigues e Rocha (2015) apud Smith e Kosslyn (2009), definem o termo emoção como: “uma gama de processos físicos e mentais, que incluem aspectos da experiência subjetiva, avaliação, motivação e respostas corporais tais como excitação e expressões faciais”, portanto as emoções podem ser conceituadas como uma relação do sujeito com o ambiente, que ocasiona reações físicas e comportamentos decorrentes de uma percepção subjetiva relacionada com determinada situação, que geralmente acontece no processo interpessoal das trocas emocionais.

De acordo com Arruda (2015) apud Paul Ekman (2003), as emoções são definidas como primárias, sendo a alegria, medo, tristeza, surpresa, nojo, desprezo e a raiva, estas são consideradas como universais, porque independente da cultura é perceptível à similaridade na

expressão dos estados emocionais. E ainda tem as emoções sociais ou secundárias como vergonha, inveja, ciúme, empatia, embaraço, orgulho e culpa, no qual são desenvolvidas nas relações sociais, como também estas são expressas como forma de comunicação seja verbal ou não verbal, além de demonstrar uma linguagem do seu sentir em relação a si e ao outro.

Fontes (2017) a partir do ponto de vista das teorias evolutivas, as emoções têm características evolutivas, ou seja, ao longo do desenvolvimento humano algumas emoções consideradas básicas como medo, alegria, raiva, e tristeza foram essenciais para a sobrevivência e adaptação ao meio. Durante muito tempo essa perspectiva foi dominante, mas foi considerada insuficiente, pois desconsidera o aspecto subjetivo do indivíduo em relação à emoção. Já a perspectiva cognitivista considera que existe uma relação entre pensamento e emoção, isto é, em decorrência de determinados pensamentos, sendo estes muitas vezes disfuncionais gera emoções negativas, que ocasiona determinada ação ou comportamento disfuncional, logo, a emoção não é algo que podemos inibir, porém a forma que pensamos diante de alguma situação pode ser mudada, e assim, a emoção ganha uma nova configuração ao ser manifestada.

As teorias sociais compreendem que as emoções são construídas pela cultura, no qual desconsidera o aspecto biológico, no entanto, não nega a importância do aspecto cognitivo. Com isso, a expressão emocional é interpretada e manifestada a partir das relações sociais. A emoção por ser considerada também social, evidencia a relevância das trocas emocionais com o outro, uma vez que, elas se revelam em decorrência dessa relação (MIGUEL, 2015).

A emoção tem caráter orgânico, psicológico e social, quando o indivíduo entra em contato com o seu meio social, desencadeia sensações de prazer ou desprazer. Na infância há uma impulsividade mais expressiva em relação às emoções, pois estas ainda estão desorganizadas, uma vez que, a criança não consegue compreender como manifestá-las. Portanto é fundamental o acolhimento dos pais em relação às emoções para o desenvolvimento emocional, pessoal e social da criança. Em suma, a emoção corresponde a um processo complexo que envolve motivação, elemento biológico, social e de personalidade da pessoa, que emerge quando entra em contato com uma situação positiva ou negativa, isto de acordo com sua percepção, que ativa mudança fisiológica, então a emoção é determinante para o bem-estar físico e psicológico (SANTOS *et al*; 2022).

2.2 O PAPEL DOS PAIS NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA

Na idade média as necessidades da criança eram negligenciadas, pois os pais a considerava um adulto em miniatura, logo a criança não tinha sua individualidade, desejos, necessidades de cuidado, proteção e afeto, e muito menos tinha o direito de expressar seus sentimentos e emoções, praticamente era quase inexistente para a sociedade. Elas se vestiam e se comportavam como adultos, somente a partir o século XVIII , que a percepção sobre a infância começou a ganhar uma nova configuração , no qual a criança é percebida com uma fase de desenvolvimento própria , passando a ser valorizada e ocupando um papel central na dinâmica familiar (LINS et al; 2014).

Segundo Ariés (1981) a noção de infância na idade média e início da modernidade os filhos eram protegidos, bem como suas necessidades físicas eram supridas no seio familiar, porém a ideia de família não era constituída pelo o aspecto emocional. A infância tinha sua durabilidade até que a criança já não necessitasse dos cuidados físicos para sua sobrevivência, portanto a partir dos sete anos de idade o infante convivia com os adultos, nos processos de trabalho e de jogos, desse modo, a socialização deste sujeito acontecia primeiramente na sociedade, não sendo determinada pela família. Com o desenvolvimento da família moderna a partir do século XVIII, configurou-se a ideia de intimidade, vida privada, como também o sentimento de união afetiva entre os membros da unidade familiar, no qual estes aspectos surgiram diante da influência ideológica de ordem capitalista.

Na contemporaneidade os pais se constituem como base no desenvolvimento emocional da criança, uma vez que, ao nascer esta depende totalmente dos cuidados de alimentação, higiene e nutrição para sua sobrevivência. Além disso, fundamenta-se a ideia que a criança precisa de amor e afeto para sua formação em sua totalidade biopsicossocial. Deste modo, através dessa relação que inicia os primeiros processos emocionais e psicossociais do sujeito, que quando as suas necessidades físicas e afetivas são supridas, a criança vai se desenvolver de modo satisfatório, mas a condição sociocultural do indivíduo influencia na sua construção, bem como proporciona a possibilidade de mudança em sua realidade (RAYANE; SOUSA, 2018).

Portanto é na relação com os pais onde acontece a primeira experiência de interação interpessoal, em que aspecto emocional e afetivo estão presentes, sendo assim possível construir um vínculo de reciprocidade. Então o ambiente familiar precisa ser seguro e acolhedor que assegure a comunicação de sentimentos. Os padrões familiares de relacionamentos formados na primeira infância serão cruciais no estabelecimento de vínculos emocionais e afetivos que serão desenvolvidos posteriormente nas novas redes de relações

sociais, dessa maneira, as primeiras experiências influenciam em relacionamentos considerados seguro e autêntico que possibilite a autonomia e crescimento pessoal do sujeito (MARTINS; SCORALICKLEMPKE, 2020).

Outrossim, os pais são a primeira influência seja positiva ou negativa no desenvolvimento emocional e da personalidade da criança, como também do seu caráter que é considerado um elemento da personalidade, que é construído no ambiente social decorrente da interação com o outro, que nesse caso, primeiramente acontece na relação com os pais. A relação de confiança e proteção que os pais proporcionam ao filho favorece um amadurecimento emocional saudável que permite uma maior independência e autoconfiança para enfrentar as adversidades (ANDRADE; MORETHEUS, 2016).

Na configuração familiar a criança constrói a primeira experiência do que se define como relacionamento, no qual os vínculos afetivos serão desenvolvidos, portanto é a partir dessa ligação entre os pais e a criança que acontece a construção e vivência relacional que vai se perpetuar até as próximas fases desse sujeito. Logo, quando essa base de relacionamento se apresenta ausente ou inadequada prejudica nas interações sociais, como também a interpretação das próprias emoções. Ademais, em algum momento dessa relação vai ocorrer o processo de separação, no qual a criança entende que é outro que se difere nessa relação, e isso pode gerar ansiedade e medo, então os pais devem auxiliar nesse processo demonstrando segurança e confiança, e esta vai conseguir desenvolver a sua autonomia e independência, através de uma separação emocional que seja segura e saudável. Assim, permitindo que ao longo da sua vida seja capaz de construir relacionamentos confiantes e que não crie uma conexão de apego inadequado (PINHO, 2014).

A capacidade da criança se adaptar e lidar com as exigências do meio surgem a partir do papel dos pais como facilitadores desse processo de inserção social, como também quando eles proporcionam possibilidades para que a criança construa a sua própria autonomia emocional, pois até mesmo antes da criança expressar emoções e compreendê-las são os seus genitores que falam por esse sujeito ainda em constituição. Sendo assim, o ambiente familiar deve ser construído com amor, cuidado, e proteção para que a criança se sinta acolhida e amada, e dessa forma vai ser capaz de ter um desenvolvimento adequado, conhecendo suas necessidades, erros, inseguranças, potencialidades e limites. O suporte dos pais permite que a criança compreenda que possui as suas singularidades, então deve respeitar o seu espaço pessoal, como também o espaço do outro (TEIXEIRA; ROSSO, 2020).

O desenvolvimento emocional ocorre de acordo também com o amadurecimento do cérebro da criança, mas sem o estímulo primário dos pais não ocorre à construção dos processos emocionais, já que o indivíduo aprende e se desenvolve nas suas trocas sociais. A partir de um ano a criança começa a perceber a diferenciação das emoções, ou seja, que existem diferentes emoções e cada uma tem o seu significado e intensidade, sendo esta última que difere da expressão de cada pessoa. Para o desenvolvimento emocional, social e biológico saudáveis, sendo assim o amparo dos pais é primordial e indispensável desde os primeiros anos de vida, principalmente porque a criança depende totalmente dos cuidadores, contudo quando as necessidades são negligenciadas pode afetar todo o desenvolvimento infantil de forma completa, desde o físico, cognitivo, emocional e social, uma vez que o sujeito é compreendido em sua totalidade e não de modo fragmentado (MARTINS; SCORALICKLEMPKE, 2020).

2.3 CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO DAS EMOÇÕES E IDENTIDADE

A partir do século XX ocorreu uma mudança na estrutura familiar, que ao longo das décadas a família predominante na sociedade constituiu-se como a família tradicional, cujos membros pertencentes eram mãe, pai e filhos. No entanto, de acordo com as diversas transformações culturais, tecnológicas, econômicas e políticas foram surgindo novos arranjos familiares, visto que, atualmente o conceito de família não se limita ao laço sanguíneo, mas uma construção afetiva de parentesco, relacional e social. Com esses novos arranjos de família também surgem diversos problemas de ordem social, como a marginalização e a estigmatização, visto que, não se adequa ao padrão de família tradicional, logo pode influenciar na construção emocional e de identidade da criança, pois o seu entorno social pode não apresentar uma rede de acolhimento e proteção, como escola, amigos, e comunidade (AMORIM, 2019).

O relacionamento entre indivíduos do mesmo sexo não era aceito no âmbito social e nem jurídico. O casamento de acordo com a constituição de 1988 considera a união estável a relação entre um homem e uma mulher, desse modo, ocasiona a impossibilidade da união entre um casal homoafetivo, como também impede a formação de uma família. Mas devido às lutas e manifestações sociais pelos os direitos dos sujeitos homossexuais constituírem uma família, no ano de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a estes o direito à união estável. Sendo assim, este acontecimento proporciona uma esperança na construção de uma

família para esses sujeitos, pois independente da orientação sexual toda pessoa tem o direito de formar uma família (REGÔ; MACHADO, 2016).

A família monoparental se constitui em algumas situações em decorrência de divórcios, viuvez, adoção unilateral, produção independente ou o abandono de um dos genitores. No qual um único genitor fica responsável totalmente desde o aspecto econômico, afetivo e educativo do filho, e devido a essa sobrecarga diante do cuidado para com a criança, o genitor guardião no intuito de suprir todas as necessidades da criança, principalmente no aspecto econômico acaba tendo uma menor participação na vida deste. Além disso, em relação à separação dos pais pode causar um sofrimento para o infante, sobretudo quando existe uma relação conflituosa entre os genitores, conseqüentemente prejudicando o desenvolvimento da criança, no que diz respeito aos aspectos emocionais e sociais (MELO 2016).

Para mais, na configuração de família na contemporaneidade tem-se a família reconstituída, sendo que esta se forma quando uma conjugalidade entre pessoas foi desfeita, no qual em muitos casos um dos cônjuges têm filhos desse casamento, e ao construir um novo relacionamento ocorre à dissociação da família antiga. A nova configuração de família que se forma não necessariamente têm laços sanguíneos, mas a partir da relação construída na convivência pode surgir o vínculo afetivo e de afinidade, uma vez que diante da separação normalmente um dos genitores acaba se afastando do filho pelo o fato do término do casamento ter sido conturbado. Desta forma, a madrasta ou padrasto acaba assumindo responsabilidade que seriam dos pais biológicos, principalmente no que diz respeito ao elemento afetivo. A partir do exposto é necessário compreender que a construção de identidade, aspectos emocionais e sociais surge no âmbito familiar, logo se torna relevante analisar a dinâmica dessa família e os aspectos socioculturais que o atravessa (MOREIRA; CARVALHO, 2021).

Contudo o que constituem uma família não são laços biológicos, mas atualmente o conceito de família consiste na união de pessoas diante de um vínculo de afeto, amor, proteção, diálogo e igualdade, diferente do pensamento patriarcal de família, que existia a hierarquia de papéis. A figura do homem\pai predominava com a decisão e poder na relação familiar, em que os bens econômicos eram capazes de suprir a necessidade afetiva. Porém, na atualidade são essenciais as trocas afetivas na família, como também a família ganha uma dinamicidade própria, sem um padrão heteroparental, ou seja, formada por casais de sexo oposto. Ademais a constituição familiar demanda uma interferência de vários fatores, como o

jurídico, devido o Estado ser responsável por resguardar os direitos dos sujeitos e legitimar as novas uniões, como também permitir a esses novos arranjos de família o direito á parentalidade, todavia a formação da família está entrelaçada com aspectos religiosos e questões de estereótipos sociais (ANJOS; IOP, 2021).

3 METODOLOGIA

A pesquisa constitui-se como exploratória, pois de acordo com Gil (2002), este tipo de pesquisa tem como objetivo possibilitar uma maior familiaridade com o problema que se busca compreender, com o intuito de torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Normalmente essa classificação de pesquisa está presente em pesquisa bibliográfica ou em estudo de caso, ainda a mesma tem como finalidade o aprimoramento de ideias. Ademais, a pesquisa é constituída de maneira qualitativa, no qual a sua principal característica é o aspecto subjetivo no levantamento e coleta de dados, sendo assim, acredita-se que o sujeito e suas especificidades não podem ser enquadrados, como forma de obter números como resultados. Além dos mais, a interpretação do pesquisador pode estar presente nesse caráter de pesquisa.

O procedimento utilizado para o levantamento de informações sobre a temática foi à revisão bibliográfica, que proporciona um conhecimento amplo na perspectiva de vários autores sobre o tema que busca investigar. Segundo Gil (2002) A pesquisa bibliográfica é realizada através de fontes secundárias, que permite uma vasta compreensão teórica sobre o tema a ser investigado, sem a necessidade de perceber os fenômenos diretamente (GIL, 2002).

Outrossim, a abordagem desta pesquisa é de ordem narrativa, pois tem como objetivo realizar uma análise crítica diante da literatura existente sobre determinado fenômeno. A revisão narrativa condiz com uma abordagem que não utiliza critérios sistemáticos para busca da temática desenvolvida e análise crítica da literatura, bem como para a coleta de dados não se utiliza estratégias sofisticadas, sendo possível a interferência subjetiva dos autores (UNESP, 2015). Contudo, a pesquisa foi realizada a partir de buscas de artigos científicos nas plataformas Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), bem como de uso de periódicos de revistas de publicação.

Ainda foi realizada a seleção de materiais científicos que abordavam a temática a ser desenvolvida neste artigo, delimitada pela problemática e objetivos que se busca analisar e interpretar. No qual essa coleta foi delimitada a partir do uso de palavras-chaves como

emoção, infância, desenvolvimento emocional, relações interpessoais, identidade, família e gênero. Além disso, foi utilizado materiais a partir de 2013 que introduz o corpo texto da pesquisa. O processo de análise seguiu-se por meio de um apanhado de síntese narrativa, incluindo a coleta de informações que pudessem contribuir com o desenvolvimento da temática, a partir de uma perspectiva histórica e social das emoções e identidade, levando em consideração a formação de família em uma ótica social, e deste modo, facilitando a construção teórica, e assim sendo possível a interpretação dos resultados e discussões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

A identidade surgiu como forma de criticar um estado opressor e limitante, mas atualmente se configura como uma manifestação de um sujeito em constituição, com singularidades emocionais, físicas e psicológicas que difere um indivíduo de outro. Ademais a identidade pode ser compreendida como construção a partir dos processos culturais, desse modo, o sujeito vai se transformando de acordo com as relações que ele desenvolve socialmente, portanto a sua identidade é influenciada pela organização cultural. Sendo assim a emoção, identidade e relacionamentos interpessoais estão interligados, bem como faz parte do desenvolvimento em totalidade do indivíduo (JUNIOR; PERUCELLI, 2019).

De acordo com Vygotsky as emoções são compreendidas a partir do contexto sociocultural no qual o indivíduo está inserido, apesar de não negar os aspectos biológicos envolvidos na emoção, ele acredita que a compreensão sobre o desenvolvimento emocional ocorre ao longo das transformações no processo de interação social e cultural, em que o sujeito constrói e é afetado por elas. Portanto, quase sempre essa emoção vai ganhar um novo significado, e o modo como o sentimento pode ser manifestado, ou seja, como a emoção é interpretada diz sobre como a sociedade acolhe as emoções. A emoção caracteriza-se como um elemento essencial na formação de identidade, como também é vivenciada na relação com o outro, e depois é incorporado no âmbito intrapessoal (PINHO, 2014).

Lane *et al* (1989) , a Psicologia deve perceber a construção de identidade, levando em consideração o desenvolvimento da criança diante de sua condição sociocultural, pois submeter a infância a uma condição natural única , submete-se que todas as crianças possuem

as mesmas condições de vida, e assim, validando a idealização de criança em decorrência de um viés de natureza capitalista.

Para Machado e MSC (2020) o desenvolvimento das emoções e sentimentos necessita serem validados, devido a sua conexão com a formação de identidade, valores e a forma como o sujeito significa as suas relações, no qual essa integração de personalidade ocorre desde os primeiros anos de vida. As primeiras vivências com os pais devem proporcionar a separação e independência saudável, pois isso será fundamental para que o sujeito consiga se desenvolver emocionalmente. Visto que, pode ocasionar dependência emocional, ou seja, a pessoa acredita que precisa de outro e acaba se submetendo a relacionamentos tóxicos, não necessariamente somente em relações amorosas, mas familiares, no trabalho e nas amizades. Ainda o indivíduo torna-se mais vulnerável em lidar com adversidades que possam causar frustrações na sua vida.

Ciampa afirma que a identidade é um fenômeno social, sendo assim não se pode isolar o conjunto de elementos biológicos, psicológicos e sociais que representam o indivíduo. Este já traz uma objetividade social desde o seu nascimento, trazendo características familiares e sociais que o constitui como um membro de determinada família, no qual posteriormente será assimilado pelo o sujeito, devido a uma identidade que é re-posta a cada momento da vida do infante. Nesta perspectiva a identidade ganha um caráter de permanência, e não de continuidade de um processo contínuo de identificação, então para ele é necessário à compreensão da identidade como um produto, e assim analisar o próprio processo de produção (LANE *et al*, 1989).

Além do mais, Ciampa (1987, pag. 131) menciona que “interiorizamos aquilo que os outros atribuem de tal forma que se torna algo nosso, a tendência é nos predicarmos coisas que os outros nos atribuem”, nesta colocação do autor evidencia o quanto a percepção do sujeito sobre si está relacionado com o meio social, bem como em relação às emoções não é diferente, visto que, estão relacionadas a partir de nossas trocas sociais. Porque influencia na construção de identidade, uma vez que é na relação com o outro que o indivíduo constrói e é construído, como também esse meio pode ser um fator que impede a formação de uma identidade genuína, e ocasiona sofrimento quando o sujeito tenta lidar com as imposições sociais e aquilo que realmente deseja. Por isto a expressão e compreensão das emoções são necessárias, para que o sujeito não se torne refém do olhar do outro, e desvalorize as suas próprias necessidades (PINHO, 2014).

O conhecimento em relação às próprias emoções sejam negativas que causam desprazer e desconforto, ou seja, elas positivas em que causa prazer, excitação e bem-estar, ambas devem ser consideradas, uma vez que são relevantes para o desenvolvimento interpessoal. No entanto, na sociedade contemporânea há uma negação das emoções, visto que, torna o indivíduo fraco e indefeso, porém quando algum acontecimento desencadeia determinada emoção seja positiva ou negativa, no qual o sujeito acaba não sabendo lidar com ela, causando ainda mais desprazer. Contudo o desenvolvimento interpessoal é construído a partir das trocas emocionais, logo, quando a pessoa consegue ter um autoconhecimento sobre as próprias emoções e sentimentos proporcionam relações interpessoais menos conflituosas (SCHWARTZ *et al*;2016).

4.2 AS CONSEQUÊNCIAS DO ABANDONO AFETIVO

Na conceituação de família na atualidade, o afeto é um elemento central nessa relação, logo se percebe que a noção dos pais somente como provedores economicamente não é suficiente para o desenvolvimento saudável de uma criança, que necessita de cuidado, afeto e atenção, diante de um processo de desenvolvimento físico, psicológico, emocional, e social como sujeito ainda em formação. O abandono afetivo reflete na afetividade da criança, visto que, este sujeito encontra-se em uma condição de formação de personalidade, logo a rejeição têm efeitos negativos na qualidade psicológica e emocional, que será prejudicial na construção de laços sociais no decorrer de sua vida (PAIVA, 2021).

A ausência física mostra-se dolorosa para o sujeito, mas quando a presença física consta aparente, porém existe uma barreira afetiva na relação entre genitores e filhos, os danos são mais penosos para estes indivíduos em constituição, visto que, envolvem sentimentos de rejeição, solidão, vazio, e desprezo. Além disso, a criança pode desenvolver ideias negativas sobre si, ocasionando baixa estima, e construir questionamentos sobre não ser amado pelos genitores, como também o sujeito se encontra em uma posição maior para conduta inadequada socialmente, com atos de comportamentos autodestrutivos ou marginalizados. Os impactos psicológicos do abandono influenciam na formação de um sujeito, principalmente no que diz respeito à autonomia, potencialidade, relações interpessoais e aspectos emocionais. Legalmente o abandono afetivo não pode ser compensado com uma

indenização, diante dos danos emocionais, portanto o acompanhamento psicológico é fundamental para uma vida psiquicamente saudável (ARAÚJO; MOUCHEREK, 2022).

Para Paiva (2021), vale ressaltar que o conceito de afetividade no âmbito jurídico não condiz com a ideia de imposição de amor, mas de acordo com o artigo 227º da Constituição Federal, bem como artigo 4º e o ECA- Estatuto da criança e do Adolescente (Lei 8.069\1990), os genitores têm o dever de proporcionar cuidado, criação, convivência familiar e proteção ao infante o preservando de qualquer ato de negligência e violência. Portanto, a partir da perspectiva jurídica o afeto é uma possibilidade nessa relação, porém o cuidado é uma responsabilidade civil dos genitores, no entanto, esta colocação limita uma convivência familiar saudável em relação quando há ausência de vínculos afetivos.

4.3 OS ATRAVESSAMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO FAMILIAR

Mãe solo consiste na atribuição à mulher como responsável integral pelo o cuidado e criação dos filhos, desde ao aspecto financeiro ao afetivo, no qual essa responsabilidade única pode ocorrer devido à viuvez, separação conjugal, adoção, inseminação artificial ou o abandono parental, sendo este último o mais recorrente. A maternidade para a mãe solo torna-se desgastante, devido à sobrecarga de funções no seu cotidiano, uma vez que desempenha atividade remunerada fora do lar, como também ainda é responsável por realizar atividades domésticas e de cuidado, diante do abandono ou omissão paterna, processos naturalizados pela construção social (PAIXÃO; ARAÚJO, 2022).

Leonardo e Morais (2017) afirma que a maior concentração de chefia feminina encontra-se nas camadas pobres de uma sociedade, no qual possuem um nível de escolaridade inferior, bem como uma qualificação inexistente, influenciando uma inserção no mercado informal de trabalho, no qual oferece péssimas condições de exercício profissional e salário inadequado. No Brasil as famílias monoparentais configuram-se em sua maioria por mães solas, sendo estas mulheres marcadas por uma construção patriarcal de desvalorização diante do seu gênero nos processos de participação social, política, educacional e econômica na sociedade, desse modo, a chefia de uma família torna-se uma tarefa árdua. No mercado de trabalho as mulheres recebem uma remuneração menor comparada aos homens, ocasionando uma desvalorização econômica e social de seu exercício profissional, logo esta realidade as coloca em uma posição suscetível à pobreza e vulnerabilidade social.

Para Maia (2015) ao relacionar famílias monoparentais femininas à pobreza pode viabilizar o estigma, de que as mulheres são menos capazes de prover e proporcionar o cuidado a sua família sem a figura de um homem, no entanto, esta condição é determinada pela renda insuficiente para o sustento da família, devido à desigualdade de gênero. Ademais, a menor inserção das mulheres no mercado de trabalho prevalece devido aos custos de contratação e os benefícios que são regulamentados por lei, como a licença maternidade, e o absenteísmo que são mais frequentes em relação ao homem referente ao cuidado com as crianças, e isto na visão empresarial afeta o processo produtivo.

Para Damaceno *et al* (2021), a precariedade na qualidade de vida ocasionava um elevado número de mortalidade infantil, diante disto, a mãe e família não se apegava ao novo membro, com este fato surgiu o questionamento se a ocorrência das mortes seria devido à inexistência de ligação afetiva entre a criança e sua família. Então foi a partir de 1770 que foi imposta à mulher a obrigação de ser mãe, e a incorporação do amor materno, com isso propagou-se a configuração da maternidade como um ideal para as mulheres.

Assim, a maternidade foi introduzida a partir de três discursos pelo o Estado. Primeiro, o aspecto econômico colocado à criança; o discurso filosófico que atribuía ao infante como um bem importante e insubstituível para sociedade e para os pais; e o discurso do Estado que atribui a mulher com responsável pela nação com o objetivo de reconduzi-las às atribuições maternas. Ademais, a maternidade passou a ser vista como sacrifício e realização feminina, no qual a mulher abre mão de suas inspirações individuais para se dedicar totalmente ao seu papel materno, e diante dessa pressão ideológica as mulheres eram impostas a serem mães, mesmo que não desejasse, desse modo, o processo de maternidade era vivenciado sob uma designação de culpa e frustração (DAMACENO *et al*; 2021).

A partir do século XIX, o amor materno surge como um conceito que permanece vivo no imaginário social, no qual a mulher possui o instinto materno para o cuidado com sua prole, porém esse termo foi introduzido na sociedade como um método do Estado de minimizar os altos índices de mortalidade, depositando as mães a responsabilidade para com o cuidado e promover o bem estar da criança, tornando-se omissos no desenvolvimento de políticas públicas à saúde desse sujeito em formação, bem como no contexto de crise econômica na Europa, as crianças eram vistas como futura mão de obra produtiva (CUSTÓDIO; SANTOS, 2022).

Na família monoparental feminina, a sobrecarga no desempenho de funções favorece níveis de estresse, diante da ausência de um apoio emocional na distribuição de cuidado,

portanto as redes de apoio sociais são imprescindíveis para uma estrutura familiar saudável. A pressão cultural insere as mulheres a responsabilidade no cuidado na criação dos filhos, e isto tornam esses sujeitos mais vulneráveis, uma vez que não tem um apoio psicológico, social e econômico. O papel da Terapia para famílias monoparentais femininas consta-se como fundamental, pois essa cobrança social acaba proporcionando sentimentos de culpa, fracasso, visto que, o ideal de família nuclear constitui-se como padrão, no entanto, a busca pela adequação deste padrão causa conflito, porque a realidade familiar entra em desacordo com o ideal construído, dessa forma, é necessário perceber-se e assumir a identidade de família uniparental (VERZA *et al*; 2015).

A maternidade consiste em uma construção social e simbólica, no qual o seu conceito é compreendido a partir dos diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos. O torna-se mãe foi introduzido por a perspectiva patriarcal moderno, que naturaliza a mulher o papel materno como uma vocação biológica, que facilita uma forma de opressão e controle do comportamento e corpo feminino. Na idade média até o século XVII não se tinha uma ideia de amor materno como valor familiar, pois as crianças não se vinculavam as famílias. Neste período, quando a criança nascia era entregue a uma ama de leite e retornava para família quando completava quatro anos, e em seguida eram enviadas para internatos ou conventos para serem educadas (DAMACENO *et al*; 2021).

A gestação e maternidade são consideradas conjuntos de experiências de caráter biopsicossocial, visto que, estão interligados por fatores psicológico-emocionais, sociais-relacionais e contextuais, ou seja, torna-se necessário compreender essa definição além de processos biológicos, no entanto, não são conceitos associados à saúde mental. Inicialmente o termo saúde mental esteve atribuído ao aspecto de doença (transtornos mentais), favorecendo uma visão de patologia. As políticas Públicas de Saúde fundamentam os aspectos psicológicos e sociais no que diz respeito à saúde integral e ampliada, mas ainda percebe-se a interferência de um modelo biomédico que vê o indivíduo adoecido somente na perspectiva do sintoma, deste modo, inviabiliza o foco em práticas de saúde que promova uma qualidade integral ao sujeito, considerando os seus contextos de vida e relacionais (VESCOVI *et al*; 2022).

A medicina constrói a concepção de apropriação dos corpos de mulheres, em decorrência da sua atribuição de natureza feminina em que se baseiam os processos de gestar, parir e amamentar como atributos naturais, controlando a reprodução, assim relacionando a maternidade como um destino inevitável (DAMACENO *et al* ; 2021).

De acordo com Vescovi *et al* (2022) a (o) Psicóloga (o) mostra-se como um profissional essencial ao cuidado para com a saúde mental na política de saúde pública na gestação, nascimento, e na primeira infância, em uma atuação de cunho Inter profissional, ou seja, o processo de maternidade demanda uma integração de vários profissionais para proporcionar intervenções em sua totalidade. Porém o papel deste profissional é exclusivo às situações de gravidade do processo gestacional. No Brasil a saúde da mulher foi introduzida às políticas nacionais de saúde, no qual nas primeiras décadas do século XX, as intervenções estavam sendo limitadas às demandas referentes à gravidez e parto, baseadas no alto índice de mortalidade infantil.

Entretanto, a inserção da (o) Psicóloga (o) na saúde no Brasil deve ser fundamentada a partir de uma perspectiva de integralidade, universalidade e equidade previstas nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), e assim, o profissional da Psicologia pode contribuir com práticas que visam à prevenção e promoção de saúde, interligando ações com um olhar humanizado e de cuidado em saúde mental, para com as gestantes, bem como os seus familiares, pois esse processo ocasiona transformações na dinamicidade familiar (VESCOVI *et al*, 2022).

Segundo Rivera e Scarcelli (2021) a partir de sua pesquisa de mestrado, no qual foram realizadas visitas a uma Unidade Básica de Saúde (UBS), no município de São Paulo, nota-se que as questões de gênero perpassam no serviço, em que as noções de homens e mulheres são compreendidas diante de uma perspectiva de discursos naturalistas, desse modo, a ideia de feminino, é associado à maternidade, instinto materno como aspectos naturais, entretanto, estes conceitos são produtos de uma construção sociocultural. Desta maneira, constrói-se a naturalização da mulher cisgênero como cuidadora única dos filhos, enquanto permanece uma inacessibilidade aos homens como sendo uma rede de apoio nos cuidados destes. Então a vivência de maternidade como fenômeno social, evidencia marcas de desigualdades sociais, raciais e de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos achados e discussões deste artigo percebe-se que o desenvolvimento emocional e formação de identidade não podem ser compreendidos sem levar em consideração o contexto sociocultural e estrutura familiar que possibilita essa construção do

sujeito. Principalmente que os aspectos sociais, econômicos, políticos e sociais são fatores determinantes no desenvolvimento de um indivíduo, pois entender a dinamicidade familiar torna relevante para observar as limitações de referências dos pais como agentes primordiais no acolhimento emocional da criança. Ou seja, os pais podem não ter um base de como construir vínculos afetivo devido um processo individual escasso de desenvolvimento emocional, portanto oferece afeto, proteção e cuidado diante do seu repertório pessoal e social.

Além disso, o sujeito se constrói a partir de suas relações sociais fora do espaço familiar, então a inclusão do sujeito no meio social surgem novas maneiras de significar emoções e sentimentos, logo impor somente aos pais esse papel de cuidado proporciona uma forma de negligenciar e estigmatizar este responsável pela criação.

De acordo com o desenvolvimento teórico observa-se que as redes de apoio social e emocional são fundamentais para uma construção de identidade e qualidade de vida saudável, no entanto, a configuração familiar pode apresentar-se como um fator de dificuldade de bem-estar, diante das desigualdades sociais. Os novos arranjos familiares não podem ser analisados sem a interligação de gênero, pois as construções do conceito de família foram desenvolvidas a partir de uma perspectiva de gênero, no qual o homem desde os primórdios teve uma participação predominante de poder e hierarquia. Entretanto, diante das transformações de papéis de gênero, o homem permanece como central no imaginário social de constituição de família.

Porém o seu papel é desprovido de responsabilidades afetivas, emocionais e de cuidado comparado à figura da mulher\mãe, e a insistência de construções teóricas que atribui a mulher com um viés naturalizado e biológico da criação da prole, bem como uma visão limitada de que a mulher nasce com características que viabiliza a relação de afeto e amor natural aos filhos, ocasiona uma resistência em desconstruir que a responsabilidade do cuidado de uma criança é essencialmente da mãe.

Deste modo, a Psicologia diante da sua perspectiva de cunho teórico sobre os processos de subjetividade, contexto sociocultural, não deve contribuir com teorias psicológicas que atribuam à mulher, a maternidade como uma obrigação, visto que, culturalmente a feminilidade é constituída à fertilidade e criação de filhos, sendo que, mulheres que não possuem ou não queiram ter filhos são desvalorizadas por desviar-se dos padrões esperados na sociedade ocidental patriarcal.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Editora Guanabara. 2. Ed; tradução Dora Flaksman, Rio de Janeiro, 1981.

ANDRADE, L.M.B.D., MORETHES, R.A.B. **A importância do vínculo familiar no desenvolvimento emocional da criança nos primeiros anos de vida**. Revista Educação, v.7. Jul./ dez, Campinas, 2013.

ANJOS, D. D., IOP, M. **Famílias e adoções: um estudo bibliográfico**. Research, Society and Development, v.10, n.14, e213101421990, 2021.

AMORIM, F.O.D. **As novas configurações familiares e suas repercussões no ambiente escolar**. UCSAL, 2019.

ARRUDA, B.B. **Emoções e Perturbação emocional: reconhecimento de expressões faciais**. Dissertação de mestrado- Universidade Fernando Pessoa, 2015.

ARAÚJO, R.F.D.S., MOUCHEREK, M.C. **Abandono afetivo na infância e os danos psicológicos: uma revisão integrativa da literatura**. Research, Society and Development, v.11, n.15, e274111536934, 2022.

Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. **Tipos de Revisão de Literatura**. Faculdade de Ciências Agrônomicas, UNESP Campus de Botucatu, 2015.

BAÇÃO, M.V.F. **Personalidade e Emoções: a influência de comportamentos de condução**. Dissertação, Lisboa, 2015.

CUSTÓDIO, N.C., SANTOS, V.M.M. **A romantização da maternidade e sua influência na violência infantil: um breve estado de arte**. Pesquisa em Foco, São Luís, vol.27, n.1, p.96-117. jan\jun, 2022.

DAMACENO et al. **As representações sociais da maternidade e o mito do amor materno**. Perspectivas em Psicologia, Uberlândia, v.25, n.1, p.199-224, jan\jun, 2021.

FERREIRA, C.D.A. **Ausência na Presença: o abandono emocional na infância**. Monografia (graduação em Psicologia), da Faculdade e Meio Ambiente, Ariquemes-RO, 2016.

FONTES, M.A.S. **A expressão de emoções: propostas teóricas e questionamentos**. Revista Intercâmbio, Especial Expressividade, v.XXXVI: 26-28, 2017. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas? Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNIOR, M.A.D.F., PERUCELLI, T. **Cultura e Identidade: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito identidade cultural**. Cadernos de Estudos Culturais, Campo Grande, M.S, V.2, P.111-133, jul./dez, 2019.

KUSIAK, G.D. S., MELO L.T.N.D., ANDRETTA, I. **Empatia e Práticas Parentais: a importância dos pais se colocarem no lugar dos filhos**. Aletheia, v.52, n.2, p.8-20, jul./dez, 2019.

LANE *et al.* **Psicologia Social: o homem em movimento**. Editora Brasiliense . 8 edição, 1989.

LEONARDO, F.A.M., MORAIS, A.G.L.D. **Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família**. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, Marília, v.3, n.1, p.11-22, jan.\jun, 2017.

LINS, S.L. B et al. **A compreensão da infância como construção sócio-histórica**. Revista CES Psicologia ISSN 2011-3080, v.7, n.2, p.126-137, Paraíba, jul./dez, 2014.

MAIA *et al.* **O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012**. Revista Econômica-Niterói, v.17, n.2, p.97-122, dezembro 2015.

MACHADO, I., MSC,R.R. **Dependência emocional nas relações interpessoais em universitários** . Artigo de TCC, Santa Catarina, 2020.

MARTINS, Q.B.D.S., SCORALICKLEMPE, N.N. **O desenvolvimento da inteligência emocional na infância: contribuições para educadores**. SYNTHESIS: revista digital FARAM, v.10, n.1, p.1-12, Minas Gerais, jul./dez, 2020.

MELO *et al.* **Influência das composições familiares monoparentais no desenvolvimento da criança: revisão de literatura**. SPAGESP- Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo. , 17(1), 4-13, 2016.

MIGUEL, F.K.P. **Psicologia das emoções: uma proposta integrativa para compreender a expressão emocional**. PSI-USF, Bragança Paulista, v.20, n.1, p.153-162, jan./abr, 2015.

MOREIRA, J.S., CARVALHO, R.M.D.A.M.E.A. **A relação de afeto nas famílias reconstituídas**. Revista Facine 360. Edição 01, 2021.

PAIVA, Daiana de Assis. **Abandono Afetivo: Responsabilidade Civil e uma visão além da indenização**. RS: Editora Fi, Porto Alegre, 2021.

PAIXÃO, K.M. **A dimensão feminina da pobreza: a abordagem de gênero da vulnerabilidade econômico-financeira no Brasil sob a perspectiva das famílias monoparentais**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, v.32, 2022.

PINHO, L.F.S.V. **As emoções na constituição da identidade/ A questão do sofrimento e o papel da solidariedade para a emancipação**. Tese de Doutorado, São Paulo, 2014.

RAYANE, D.B., SOUSA, D.H.A.V. **Privação afetiva e suas consequências na primeira infância: um estudo de caso.** Interscientia, vol.6, n.2, Paraíba, 2018.

REGÔ, R.G., MACHADO, H.C. **Adoção de crianças por casais homoafetivos: uma abordagem jurídico-psicológica.** Revista Acadêmica do Instituto de Ciências Jurídica, v.3, n.1: jan-jun, 2016.

RIVERA, M.F.D.A., SCARCELLI, I.R. **Contribuições feministas e questões de gênero nas práticas de saúde da atenção básica do SUS.** Saúde debate, Rio de Janeiro, v.45, n.1, p.39-50, out, 2021.

RODRIGUES, H., ROCHA, F.L. **Uma definição constitutiva de emoções.** Doutorado em Psicologia Social, v.5, n.15, Brasília, 2015.

SANTOS *et al.* **A emoção no desenvolvimento infantil.** Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciência e Educação- REASE, v.8, n.05, São Paulo, mai., 2022.

SEVERO, C.S. **A relação entre as emoções da infância e suas implicações na vida adulta.** Revasf, Petrolina-Pernambuco-Brasil, v.12, n.28, p.xx-xx, Agosto, 2022.

SOUZA *et al.* **A importância da validação das emoções da criança.** RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT, v.10, n.10, e479101018940, 2021.

SCHWARTZ *et al.* **A importância de nomear as emoções na infância: relato de experiência.** Psicologia escolar e educacional, v.20, n.3, São Paulo, 2016.

TEIXEIRA, T.C., ROSSO, M.L. **Práticas educativas parentais e desenvolvimento emocional dos filhos.** Artigo de TCC (Universidade do Sul de Santa Catarina), 2020.

VERZA *et al.* **Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar.** Pensando Famílias, 19(1), jun.2015, (46-60).

VESCOVI *et al.* **Saúde mental na gestação, no nascimento e na primeira infância: análise crítica de políticas públicas brasileiras.** Cad. Saúde Colet., 2022; 30(4).
<https://doi.org/10.1590/1414-462X20223>.